

SOBRE O AUTORITARISMO SOCIAL

*Élia Pinto do Amaral**

Os brasileiros sentem-se vivendo em democracia – segundo a Filósofa Marilena Chauí - quando, após uma fase de autoritarismo, efetiva-se a divisão dos poderes do Estado, há partidos políticos e o povo pode escolher seus governantes por meio de eleição, além de haver liberdade de expressão do pensamento. Entendem que há ditadura ou autoritarismo quando o governo é tomado por golpe de Estado (geralmente militar ou com apoio militar), portanto, não há eleição, não há pluralidade partidária nem liberdade de expressão do pensamento (para o que há censura, agressão, prisão e morte), e o Poder Executivo usurpa as competências do Legislativo e Judiciário. Assim, **democracia e autoritarismo, para os brasileiros, realizam-se no âmbito do Estado.**

Também, de acordo com a Filósofa (2000, p. 435):

Essa visão é cega para algo profundo na sociedade brasileira: o autoritarismo social. Nossa sociedade é autoritária porque é hierárquica, pois divide as pessoas, em qualquer circunstância, em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. Não há percepção nem prática da igualdade como um direito. [...] nela vigoram racismo, machismo, discriminação religiosa e de classe social, desigualdades econômicas das maiores do mundo, exclusões culturais e políticas.

A sociedade brasileira denuncia-se escravocrata ao dividir-se em classes hierárquicas, ao não querer enxergar a igualdade nem o direito à liberdade. Desse divisionismo autoritário obviamente decorrem o desprezo aos valores morais e a violência.

Refere ainda a autora susodita que

O autoritarismo social e as desigualdades econômicas fazem com que a sociedade brasileira seja polarizada entre as carências das camadas populares e os interesses das classes abastadas e dominantes, sem conseguir ultrapassar carências e interesses e alcançar a esfera dos direitos. [...] de modo que a polarização social se efetua entre os despossuídos [...] e os privilegiados. Uma carência é sempre específica, sem conseguir generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito. Um privilégio, por definição, é sempre particular [...]. Ora, a democracia é criação e garantia de direitos. Nossa sociedade polarizada entre a carência e privilégio não consegue ser democrática (CHAUÍ, 2000b, p. 435).

Então, devido ao autoritarismo social, a propalada democracia é deslustrada; um mero estratagema. Seja ela estatal ou procedente dos saberes atávicos não vai muito além da máscara legal. A competição, a hierarquia, as vaidades e outras suscetibilidades licenciosas formam o *self* cultural da sociedade humana, levando os indivíduos a serem dogmáticos nesse arcabouço social avessamente construído. Afinal, por ser racional, o humano abandona o estado de natureza e torna-se um ser cultural; isso é dizer que os valores morais devem orientar o comportamento humano em relação ao Outro. No entanto, há grupos de indivíduos que, estribados na hierarquia, se autoconcedem poder e se protegem entre si, estabelecendo regras em benefício próprio, sem nenhum pudor. Sentem-se desobrigados com a moralidade: afinal, interação com seres inferiores, quase coisas sem vida, cuja razão é instrumental, é serventia necessária, utilizável em proveito do grupo hegemônico.

‘Quem não está comigo, está contra mim’ é texto do Evangelho segundo Lucas, 11, 14-23. Não será esse um dos fundamentos para a polarização social? Tal inteligência está longe de ser somente brasileira!

Assim, roto o tecido social em polarizações, predominam os costumes, tabus, regras e convenções que não atendem aos princípios éticos de moralidade e justiça. A hierarquia não está firmada em bom terreno: é instrumento da escravatura, uma forma de dominação baseada na obediência, firmada no caráter do indivíduo humano pelas três maiores religiões que alicerçam o pensamento social e político da humanidade histórica. A escravatura chegou ao seu auge sob a forma de trabalho livre assalariado, que desonera o ‘senhor’ do sustento ao escravo ou servo.

No pensamento de Max Weber, o sentido sociológico da chamada ação social é compreender o nexos causal que determina essa ação orientada ao Outro. E entre os tipos que propõe esse pensador está a Ação Social Tradicional, que tem por princípio motivador os costumes ou hábitos inveterados. A presunção de que essa é uma contextura ordinária faz com que alguns não percebam e a outros não convenha perceber o nexos causal entre a estrutura social estabelecida costumeiramente, que segue sendo legalizada, e a corrupção, a violência generalizada, o desconforto da insegurança, da falta de confiança no Outro.

O humano é um ser que necessita de inimigo, constata Umberto Eco em suas análises. O Outro é insuportável porque é diverso; não nos reconhecemos nele; ao contrário: é negando o Outro que nos afirmamos. A competição, a espoliação, o desrespeito à dignidade do Outro produzem o inimigo. A interação entre humanos e destes com o ambiente tem um quê de perversidade. Sugere-se resiliência ao Outro (humano e ambiente), como forma de ajustá-lo às adversidades que o autoritarismo social traz à cena da

vida. Se o indivíduo não se dispuser a suportar as pressões psicológicas ferinas, se o ambiente chegar à exaustão, isso motiva a devastação do humano e do ambiente e uma pena moral: a culpa por não sujeição às contrariedades erigidas. Afinal, por que não conformar-se à estrutura social, mesmo que abjeta, absorver as agressões e capacitar-se à renovação e à flexibilidade *ad infinitum*? Por que não se sentir honrado em servir ao '*numen*'? No fim de contas, dignidade nem tem definição! O que é dignidade?

Essa é uma maneira de o indivíduo 'superior' nunca ser alcançado e de perenizar o autoritarismo e a polarização social. Há, pois, um jogo egoístico de poder. Quem se sente em posição elevada dá-se a prerrogativa de invadir a essencialidade do Outro, de exigir adaptação às suas idiossincrasias e 'autoridade', eximindo-se da responsabilidade pelas consequências desse comportamento, isso é, pelo adoecimento físico e social do Outro. E a corroborar esse estado de coisas está a mídia, velocíssima, que desorganiza a capacidade de discernimento das pessoas, de tal modo que estas perdem a percepção da totalidade. Os avanços científicos e a 'democracia' não contribuem para o desenvolvimento humano, ao contrário, como bem refere Eco, anda-se a passo de caranguejo, isso é, para trás.

O autoritarismo social é uma prática destrutiva que afronta o ambiente, deforma a liberdade, a democracia e fomenta a violência.

*Bacharela em Direito e acadêmica de Licenciatura em Filosofia

OBRAS CONSULTADAS:

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 12ª edição, 2ª impressão, 2000.

ECO, Umberto. A paso de cangrejo. Barcelona: Editora Debolsillo, 1ª edição, 2010.